

Congresso quer explicação sobre Orçamento

O presidente do Congresso Nacional e do Senado, Mauro Benevides (PMDB/CE), informou ontem que o então relator da Comissão Mista que analisou o projeto orçamentário, o hoje ministro da Ação Social, Ricardo Fiuza (PFL/PE), se propôs a prestar amplos esclarecimentos em torno da distribuição de recursos. Essas explicações, disse Benevides, são "indispensáveis frente à matéria publicada pelo **CORREIO BRAZILIENSE**".

Como presidente do Congresso garantiu que lhe coube apenas apelar para que os autógrafos do Orçamento fossem ultimados até a próxima sexta-feira, para imediato encaminhamento ao Palácio do Planalto.

Benevides não demonstrou qualquer preocupação quanto a alguma ação da diretoria do Prodasen no sentido de retardar o

encaminhamento do Orçamento para sanção presidencial. O presidente do Congresso lembrou que a sessão em que o relatório geral do projeto foi apreciado, não incluiu contestação alguma aos números apresentados por Fiuza. "As lideranças oposicionistas, sempre vigilantes, não ofereceram qualquer restrição ao trabalho da Comissão", afirmou. Ele disse que não vai procurar o diretor em exercício do Prodasen porque cabe ao funcionário fazê-lo se é que existe algum problema para concluir os trabalhos. "A diretora do Centro, Regina Célia Borges, está de férias e acabou de perder um filho", informou Benevides.

Enquanto assessores do Senado insistiam em afirmar que, se existissem problemas maiores no Prodasen, o presidente Mauro Benevides já teria sido avisado,

no órgão garantia-se que o diretor procuraria na manhã de hoje o senador Benevides, para discutir o assunto. O presidente no entanto preferiu assumir o compromisso de que vai fazer tudo para que se ponha um fim "a essa injustificada tradição" que é a demora no encaminhamento dos autógrafos para sanção, nos últimos cinco anos. "O Orçamento de 1991 só foi sancionado no dia 30 de janeiro passado", lembrou o senador, esclarecendo que toda a estrutura do Prodasen esteve sempre à disposição da Comissão de Orçamento e mais precisamente do seu relator-geral, a quem "cabe a maior tarefa de apresentar, na versão definitiva, a Lei de Meios da União para o exercício financeiro subsequente". Garantiu que o Orçamento de 1993, se depender do seu empenho, será encaminhado ao Poder Executivo até 5 de janeiro.